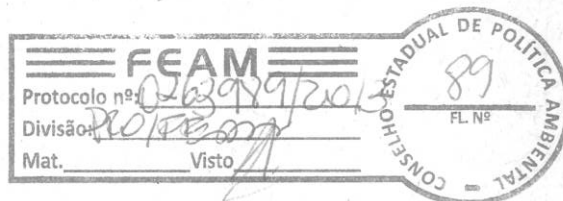




Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente



Processo nº 78/1991/011/2006

Referência: Recurso a Câmara Normativa e Recursal do COPAM

Interessado: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS.**

PARECER JURÍDICO

I – Relatório

A prefeitura em referência foi autuada por irregularidade ambiental prevista no artigo 87, III do Decreto nº 44.309/06, com incidência de agravante, por “*Descumprir os incisos I, II e V do artigo 2º da DN COPAM 52/2001, provocando degradação ambiental*”, infração à legislação ambiental de natureza gravíssima, tendo sido multada no valor de R\$ 40.001,33 alterado para R\$26.668,00, em decorrência da incidência do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08.

Inconformada com a decisão de manutenção da multa aplicada, a autuada, interpôs seu recurso, onde em síntese alega:

- a vistoria deu-se em meados de 2006, onde havia assumido a atual gestão, com enfretamento de possíveis inércias advindas de outras administrações;
- há de se verificar que à época dos fatos o Município possuía como possui Licença Ambiental credenciando a implementação do aterro sanitário sob análise, licença com validade até 30.04.2008;
- verifica-se inconsistente a aplicação da penalidade na vigência e validade plena do licenciamento, tal fato acarreta na total impertinência da aplicação de multa;
- em recente vistoria realizada, foram constatadas as devidas adequações do aterro, dentre elas: a cobertura dos resíduos coletados, drenagem das águas pluviais e não foi visualizado chorume;
- constatou-se ainda, fase final de instalação do aterro e implementação do aterro sanitário logo abaixo do aterro controlado sendo qualquer fluente proveniente do mesmo, seguir em direção ao aterro sanitário, por estar em cota altimétrica inferior;
- espera a reforma da decisão e espera totalmente nulo em suas imposições.

Do ponto de vista jurídico a recorrente não apresentou nenhum dado ou fato que pudesse alterar ou modificar a decisão anterior de penalização pelo descumprimento das normas ambientais em especial o artigo 2º, itens I, II e V da DN 52/2001.

É pertinente esclarecer que a autuação ocorreu pelo descumprimento de normas ambientais e não pela falta de licença de Instalação. Além disso, cabe comentar que a Licença de Instalação não autoriza o início da operação do aterro sanitário.

Os argumentos técnicos apresentados no Recurso não são capazes de descaracterizar a infração cometida, principalmente, decorrente da constatação de vistoria realizada em 2008, onde foi constatado que havia grande quantidade de resíduos expostos; sistema de drenagem pluvial encontra-se ineficiente e obstruído e havia presença de urubus na área de disposição final. (Laudo Técnico nº 068/2008)

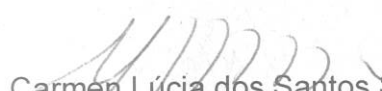
Desta feita, a infração restou plenamente caracterizada o descumprimento das normas ambientais.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto e considerando que não foi apresentado nenhum fato ou dado capaz de alterar ou modificar a decisão anterior de aplicação de multa, sugerimos o **INDEFERIMENTO DO RECURSO** apresentado, pela **Câmara Normativa e Recursal do COPAM**, devendo ser efetuada a sua cobrança sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

É o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 13 de março de 2013


Carmen Lúcia dos Santos Silveira
OAB/MG 38.838 – Masp1-43754-9